

FOLHA DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

ESCARPA DEVONIANA

Retrocesso ambiental é inconstitucional

Leia, na página 04, a matéria especial sobre o PL 527/2016 que quer a redução drástica da APA da Escarpa Devoniana. Saiba a opinião das autoridades a respeito e como está o trâmite na ALEP.

Foto: Celso Magrini

DATA-BASE

Apesar do aumento de receitas, Richa não quer reajustar salários

Além de dar o calote nos reajustes que deveriam ser pagos em janeiro e agora em maio, Richa enviou para a ALEP, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 sem previsão de reajuste para os servidores em 2018. Leia na página 03.

90
DIAS SEM REAJUSTE

BETO RICHA CALOTEIRO

fes
Fórum das Entidades
Sindicais do Paraná

TODO PODER EMANA DO POVO!

28 de abril é dia de Greve Geral!



Foto: Cláudia Moraes

Nota de esclarecimento - a data do nosso Encontro Estadual, 28 de abril, coincide com o dia da Greve Geral programada pela CUT, sindicatos do FES e demais entidades da sociedade civil organizada que integram a Frente Brasil Popular.

Porém, o Encontro Estadual do SINDISEAB já estava previsto no Calendário de Atividades de 2017 aprovado em 19 de janeiro, em reunião da direção do sindicato, muito antes da Greve Geral ser definida, há poucas semanas.

A Assembleia Geral Ordinária que vai acontecer no evento é instância estatutária. Existem decisões urgentes que precisam ser deliberadas (edital na página 02) como a autorização para ações judiciais, pauta da categoria, eleição de delegados para o PlenaCUT e eleição dos conselheiros para ParanaPrevidência, além de questões internas do sindicato. Então, por questão de logística e de organização, não houve tempo hábil para transferi-la.

No entanto, o SINDISEAB como um dos coordenadores do Fórum Estadual de Servidores e filiado à Central Única dos Trabalhadores apoia totalmente a Greve Geral contra as reformas que pretendem retirar os direitos da classe trabalhadora.

A orientação para os servidores que não estejam inscritos para o Encontro Estadual do SINDISEAB é que cruzem os braços e participem das atividades organizadas em suas cidades.

Para enganar a população, o governo ilegítimo descarregou verbas publicitárias nos meios de comunicação: R\$ 180 milhões! Além disso, antecipou R\$ 1,8 bilhões em emendas parlamentares para “convencer” os deputados a votarem a favor da des-

truição da Previdência.

Os deputados já aprovaram o regime de urgência na votação da reforma trabalhista. Mais uma vez, o rolo compressor é acionado em Brasília. A resposta da população tem que ser à altura: em 28 de abril, vamos parar tudo!

A imagem é de 15 de março, dia em que a população tomou Curitiba. Cerca de 40 mil pessoas foram às ruas defender a Previdência Pública. A mobilização foi organizada pelo FES, fórum de sindicatos de servidores do qual o SINDISEAB faz parte da coordenação.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

SINDISEAB

presta contas da gestão e se organiza para as lutas



O Encontro Estadual do SINDISEAB tem como objetivo reunir representantes de todos os núcleos sindicais para fazer um debate aprofundado sobre o cenário político nacional e estadual. As reformas trabalhista e previdenciária ameaçam seriamente os direitos dos trabalhadores brasileiros. Precisamos definir como vamos enfrentar este desafio.

São esperados representantes sindicais de todos os núcleos regionais para o evento que acontece no Hotel Condor, em Curitiba, no dia 28 de abril. Na ocasião, será feita a apreciação das contas do sindicato, que serão submetidas à aprovação dos associados conforme a programação do edital. O evento define também as pautas de reivindicações gerais e específicas de cada órgão da base sindical.

Edital de Convocação

A Direção Estadual do SINDISEAB - Sindicato Estadual dos Servidores da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins, no uso de suas atribuições legais e em atendimento às disposições estatutárias, artigos 10º, § 1; 14º, alínea b, CONVOCA todos os associados de sua base sindical para participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO), que será instalada e realizada no dia 28 de abril de 2017, (sexta-feira), às 07h30 em primeira convocação, e às 08h00 em segunda convocação, no Hotel Condor, sito à Rua Av. Sete de Setembro, 1.866 - Centro - Curitiba - PR, com a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1) prestação de contas do exercício de 2016, período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016; 2) eleição de delegados para 15ª PLENACUT; 3) consolidação da pauta de reivindicação de 2017 e atividades ordinárias; 4) autorização consolidada para ações judiciais em 2017, e recomposição da Diretoria Executiva, nos termos do artigo 78º, 80º, 81º e 84º do Estatuto Social.

Programação:

- 1) **08h00 às 09h00** - Abertura e prestação de contas do exercício de 2016:
 - **08h00 às 08h30** - abertura, apresentação de relatórios, pela Direção Estadual;
 - **08h30 às 08h40** - leitura do parecer de análise das contas, pelo Conselho Fiscal;
 - **08h40 às 09h00** - aprovação das contas, pela Assembleia Geral Ordinária.
- 2) **9h00 às 12h00** - Eleição de delegados 15ª PLENACUT para reformas previdenciária e trabalhistas, e autorização para ações judiciais:

- **09h00 às 09h10** - Eleição de delegados para 15ª PLENACUT;
- **09h10 às 10h00** - Painel sobre a reforma previdenciária: Dr. Ludimar Rafanhim;
- **10h00 às 10h15** - foto oficial e intervalo para café;
- **10h15 às 11h45** - Painel sobre o jurídico: Drª. Fabiana Pedrozo e Dr. Jackson Sponholz;
- **11h45 às 12h00** - Autorização para novas ações judiciais para o período de 2017: 1) Progressões por titulação e antiguidade vencidas no ano de 2017; 2) diferenças salariais pela transposição do QPPE para a carreira própria da ADAPAR; 3) GEEE para os novos servidores da ADAPAR, os oriundos da SET, SEED e outros; e progressão por distribuição de tempo aos agentes de execução enquadrados em 2010, e outras a especificar na ata da AGO.
- 3) **13h30 às 15h30** - Consolidação da pauta de reivindicação de 2017:
 - **13h30 às 14h30** - Painel sobre a conjuntura econômica, e a política neoliberal no Brasil e no Estado do Paraná: retiradas de direito, estado mínimo, data base, promoção e progressão, e outros - Cid Cordeiro, Assessor Econômico do SINDISEAB;
 - **14h30 às 15h00** - ratificação/ajuste sobre a pauta de reivindicação e o plano de atividades para o ano de 2017;
 - **15h00 às 15h30** - recomposição da Diretoria Executiva e encerramento.

Cumpra-se!
Curitiba, 13 de abril de 2017.

Donizetti Aparecido Rosa da Silva
Presidente do SINDISEAB

Prestação de contas

Os conselheiros fiscais e dirigentes regionais receberam os dados financeiros para estudá-los previamente.

Os gráficos da prestação de contas dos últimos 10 anos demonstram a eficiência e responsabilidade na gestão financeira do SINDISEAB.

A atuação do SINDISEAB se dá por meio de intensa mobilização. Planejamos e fizemos mais com menos.

Os recursos são aplicados observando o Estatuto Social, as deliberações e anseios da categoria expressos nas plataformas de trabalho eleitas.

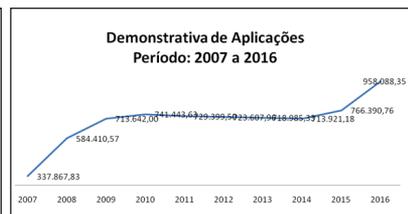
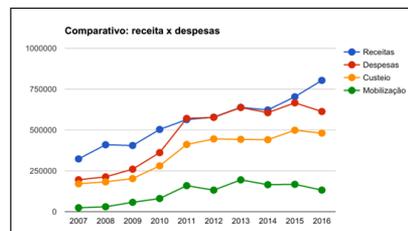
Nossa gestão já está implantando o que a base elegeu na plataforma de trabalho para o período 2013-2019: informatizar o sindicato, renovar e formar dirigentes, integrar e atender a base sindical, e valorizar nossos funcionários e assessorias.

Além de software de gestão sindical, investimos em equipamentos para melhorar a comunicação (tripé, bastão de "selfie" e microfone).

Fizemos Acordo Coletivo de Trabalho abrangendo todos os funcio-

nários, de forma igual, corrigimos os benefícios que estavam defasados desde 2013. Fizemos um seguro de vida para todos os funcionários. Regularizamos a relação de trabalho com a funcionária que presta serviços gerais. Compramos móveis e equipamentos novos (scanner, computador e mesa).

Em parceria com a CUT, realizamos os cursos de Organização, Representação e Sindical de Base; Negociação e Contratação Coletiva, e Formação de Contas. Visitamos vários locais de trabalho e núcleos sindicais, e mantivemos o repasse natalino.



| AÇÃO SINDICAL | UNIDADE DE MEDIDA | MÉDIA ANUAL | | | |
|--------------------|---|---------------------------------|-------------|-------------|-------|
| | | 2006 a 2012 | 2013 a 2015 | 2016 a 2019 | |
| Atendimento à base | Confraternização de final de ano | Núcleos, OLTS beneficiados | 0 | 15 | 11 |
| | Orientações por emails | Respostas dadas | 1000 | 2300 | 1500 |
| | Pareceres/orientações e assistência aos associados | nº | 26,66 | 70 | 50 |
| | Propositura de ações judiciais | nº | 4,33 | 2,7 | 1 |
| Comunicação | Boletim semanal e comunicados | Edições | 0 | 63 | 46 |
| | Emails enviados à base | Envios | 2000 | 95000 | 94760 |
| | Jornal | Edições | 7 | 7,7 | 7 |
| | Whatsapp | Dirigentes e líderes conectados | 0 | 40 | 75 |
| Eventos | Congresso Estadual do SINDISEAB | Participantes por evento | 0 | 60 | - |
| | CUT e Sindicatos | Dirigentes participantes | 4 | 3 | 2 |
| | Seminário Estadual do SINDISEAB | Participantes por evento | 50 | 59 | - |
| Formação | CUT, FES, DIEESE e outros | Dirigentes beneficiados | 0 | 1,67 | 4 |
| | SINDISEAB | Associados beneficiados | 25 | 84 | 100 |
| Mobilização | Acampamento, paralização, greve | nº | 3 | 8,7 | 10 |
| | Encontro Estadual do SINDISEAB | Participantes por evento | 41,66 | 50,7 | 51 |
| | Reuniões, audiências, seminários: coletivos, departamentos, direção, negociação, FES, DIEESE, CUT | nº | 55 | 184 | 175 |
| | Reuniões/visitas aos Núcleos Sindicais e OLTS | nº | 19 | 35 | 71 |
| | | | | | |

GREVE GERAL

População vai parar o país em 28 de abril

Centrais sindicais, sindicatos, associações, órgãos de classe, igrejas, movimentos sociais; toda a sociedade está mobilizada contra as reformas perversas que o governo golpista está promovendo para destruir os direitos da classe trabalhadora.

A movimentação é grande. O Fórum Estadual de Servidores (FES) promoveu plenárias em todas as regiões do Paraná, com a presença de senadores, para esclarecer os perigos da PEC 287, que pretende destruir a

Previdência. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) começou uma forte campanha contra as reformas. Até o Papa Francisco recusou o convite para vir ao Brasil, feito pelo Governo Temer.



Audiência Pública - em 31 de março, a população lotou as galerias da ALEP para discutir a Reforma da Previdência. Presente na ocasião, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que "a tentativa de fim da aposentadoria do governo Michel Temer é uma "reforma bandida" e que "isso é coisa de criminoso".

Iguaçu e Londrina para sensibilizar os deputados que embarcavam em voos a Brasília.

Manobra - a Câmara dos Deputados aprovou a urgência da reforma trabalhista. Em 18 de abril, o plenário havia rejeitado o requerimento de urgência no PL 6787/16. Inconformado, o presidente da casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), repetiu a votação no dia seguinte (19). Os mesmos deputados aprovaram, então, a urgência por 287 votos a 144. A União Geral dos Trabalhadores (UGT) cruzou a votação na Câmara com as nomeações para cargos publicadas no Diário Oficial da União, concluindo que os votos parlamentares para a aprovação da urgência foram comprados.

Não escapa ninguém - uma vez sancionada, estados e municípios terão 180 dias para reformar as previdências. Se não o fizerem, seguirão as mesmas regras que forem aprovadas em nível nacional.

Em 17 de abril, os dirigentes do FES fizeram vigília nos aeroportos de Curitiba, Maringá, Cascavel, Foz do



CONEXÃO SINDISEAB

Você tem acompanhado nossos vídeos?

O pessoal já está adquirindo o hábito de assistir os vídeos ao vivo veiculados através do Facebook do presidente do SINDISEAB, Donizetti Silva. Se você perdeu as transmissões, não tem problema, os vídeos ficam armazenados na rede social e podem ser vistos a qualquer tempo.



Acima: Em 15 de março, cerca de 40 mil pessoas ocuparam as ruas de Curitiba para dizer não à reforma da Previdência. Abaixo: Plenárias em Guarapuava, Ponta Grossa e Maringá.

DATA-BASE

Richa envia LDO 2018 sem previsão de reajuste para os servidores

Em 18 de abril, o governo enviou para a Assembleia Legislativa a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2018 sem o nosso reajuste. A previsão de despesas para o ano que vem já segue o congelamento de gastos por 20 anos, sancionada pelo governo golpista.

No início de 2017, a Secretaria da Fazenda informou que o balanço de 2016 mostrou que os gastos do Poder Executivo com pessoal ficaram em 45,39% da Receita Corrente Líquida, abaixo do limite prudencial, que é de 46,55%, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

O FES enviou ofício requerendo audiência para tratar da

Beto Richa CALOTEIRO
pegou nosso dinheiro

#DataBaseÉDivida
#NãoAoCalote

fes

data-base, finanças do Estado, liberação de dirigentes, corte de gratificações de dirigentes e ParanaPrevidência. No dia 27 de abril, às 14h00, na APP-Sindicato, em Curitiba, o FES realiza plenária específica para avaliação e encaminhamentos sobre a data-base.

CHARGES DA REDE

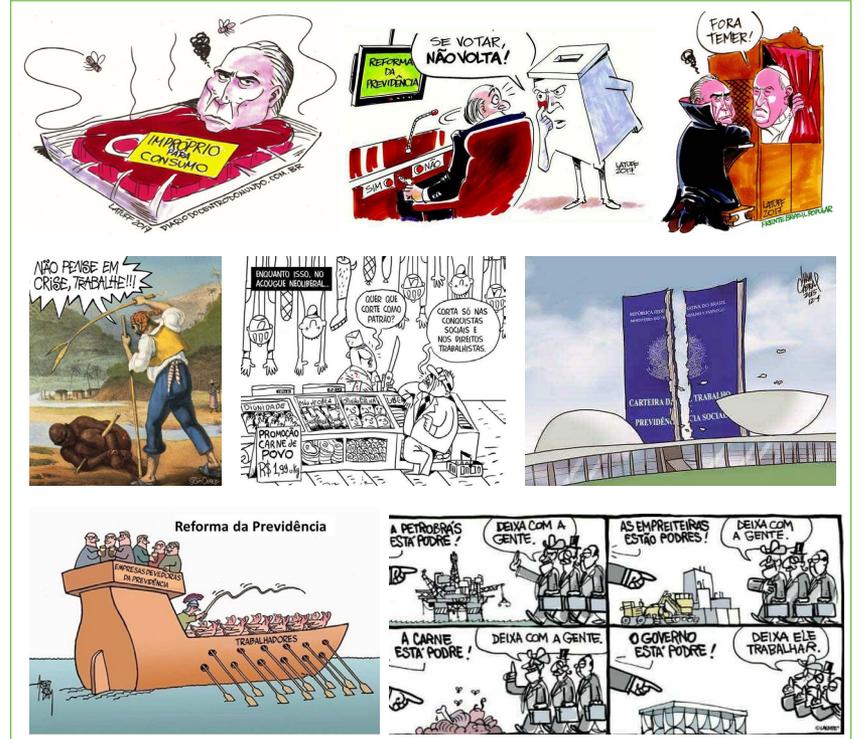




Foto: Celso Margraf

ESCARPA DEVONIANA

Projeto de lei ameaça reduzir em quase 70% Área de Proteção Ambiental nos Campos Gerais

O PL 527/2016 é de autoria do deputado Plauto Miró e assinado também por Ademar Traiano e Luís Cláudio Romanelli. A proposta é diminuir drasticamente a área a ser protegida: de 392 mil hectares a 126 mil hectares. Ou seja, 68% menor.

A Escarpa Devoniana tem este nome por causa do movimento geológico que a formou há 400 milhões de anos, no Período Devoniano. O paredão rochoso separa o 1º e 2º planaltos paranaenses, atravessando 12 cidades do estado: Lapa, Porto Amazonas, Balsa Nova, Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Carambeí, Castro, Tibagi, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Sengés.

Segundo o DEGEO/UEPG - Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a APA

em questão protege belezas naturais incluindo "rios de águas cristalinas em lajeados, cachoeiras imponentes, mananciais de água superficiais e subterrâneas, capões com araucárias, remanescentes de campos e cerrados, canyons e despenhadeiros, furnas e cavernas. Animais como lobo-guará, suçuarana, tamanduá-bandeira, seriema, gralha azul. Sítios arqueológicos de diferentes tradições indígenas, uma riquíssima expressão de geodiversidade e biodiversidade."

Entre outras paisagens, abrange o Parque do Canyon Guartelá, Cachoeira da Mariquinha, Buraco do Padre, Vale do Codó, Cachoeira da Paulina, Parque do Monge e Parque do Cerra-

do. Uma região com potencial turístico riquíssimo e de valor ambiental incomparável. Clique nas imagens e assista as matérias especiais do programa Meu Paraná, da RPC-TV:



A Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana foi instituída em 1992, pelo Decreto Estadual 1.231, no então governo Requião. Porém, seu **Plano de Manejo** foi concluído somente 12 anos depois, em 2004. O Conselho Gestor da APA da Escarpa Devoniana, que levou 21 anos para ser instalado (Portaria IAP 236/2013), é composto por 51 instituições governamentais, privadas e da sociedade civil organizada.

Unidade de Conservação de Uso Sustentável - o senador Requião disse que o PL 527/2016 "não tem nenhum sentido", pois a APA da Escarpa Devoniana "admite exploração agrícola dentro de limites desde que não destruam as características do patrimônio dos paranaenses, dos brasileiros e do mundo." O deputado Rasca Rodrigues afirmou que não há sustentação técnica para justificar o retrocesso. Leia a íntegra do PL 527/2016 ([clique aqui](#)).

Por que querem reduzir a APA? - segundo o deputado Péricles Mello, a intenção é atender "interesses muito específicos de setores do agronegócio, alguns setores de mineração e reflorestamento" e "a intenção é abrir a APA da Escarpa Devoniana ainda mais para essas atividades."

O Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa (DEGEO/UEPG) fez questão de emitir parecer afirmando que o PL 527/2016 "afronta um artigo específico da Constituição Estadual; é antidemocrático, ao desconsiderar o Conselho Gestor da APA da Escarpa Devoniana em sua concepção; representa um retrocesso ambiental e cultural, estando desconectado dos

interesses coletivos da sociedade paranaense; representa uma ameaça aos serviços ambientais prestados pela APA, gerando riscos tanto de comprometimento da biodiversidade e geodiversidade quanto de redução da produtividade das terras da região."

O SINDISEAB **divulgou nota** repudiando a proposta elaborada com base no estudo, feito pela Fundação ABC, "financiado pelos empresários que já exploram comercialmente a área, mas querem se ver livres das restrições que visam a preservação ambiental. Com o agravante de ter sido elaborado sem que tenham sido consultados os técnicos do Sistema SEMA."

O Ministério Público se posicionou pela suspensão do trâmite do PL 527/2016 enquanto o Conselho Gestor não for consultado e não forem realizadas audiências públicas em todos os municípios que serão afetados, inclusive com a perda de ICMS Ecológico. E ainda, se manifestou pela rejeição e arquivamento da proposta "em razão da impropriedade das suas justificativas, princípio da vedação ao retrocesso ambiental, e da afronta à legislação estadual e federal e à Constituição do Estado do Paraná e à Constituição da República."

O presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB-PR, Alaim Stefanello, disse que a diminuição da proteção ambiental de áreas protegidas é inconstitucional.

Carlos Augusto Albuquerque, assessor da presidência da FAEP - Federação da Agricultura do Paraná - afirmou à reportagem da RPC-TV que a redução da APA interessa ao setor produtivo porque vai permitir a instalação de indústrias na região.

Justificou que as cavernas não serão prejudicadas "porque o frigorífico vai ficar longe", revelou. Diversos estudos acadêmicos afirmam que o setor de abate causa danos significativos ao meio ambiente, com esgotamento dos recursos naturais, contaminação do solo e da água. Questionado pela repórter Carolina Wolf, Albuquerque admitiu que "não há indústria que não polua". Assista o vídeo ([clique aqui](#)).

O trâmite na Assembleia Legislativa - o PL 527/2016 já foi aprovado na Comissão e Constituição e Justiça (CCJ) da ALEP, em 13 de dezembro de 2016. A Comissão de Análise de Projetos (CAP) do DEGEO/UEPG acusa ter recebido a minuta do projeto de lei somente no dia 13 de dezembro. Ou seja, sem tempo hábil para analisá-lo. Mesmo assim, fez questão de se posicionar ([leia aqui](#)).

O parecer do Ministério Público também tem data posterior à votação da CCJ, em 16 de dezembro. Confira o parecer completo ([clique aqui](#)).

Em 28 de março, ao analisar o projeto de lei 527/2016, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da ALEP decidiu ouvir a opinião técnica do ITCG e da SEMA. Segundo o deputado Rasca, agora com a Mineropar incorporada, o ITCG tem todas as condições de definir o tipo de terreno, tamanho e perímetro da área a ser protegida.

No início do mês de março, um parecer da SEMA contrário ao PL 527/2016 chegou a ser divulgado, mas o governo disse que não é definitivo.

Nota: os links estão ativos na versão online disponível no site: sindiseab.org.br

MP considera inválida audiência pública de PG

Ponta Grossa - no dia 10 de março, aconteceu uma audiência pública para discutir o PL 527/2016 no Cine Teatro Ópera, em Ponta Grossa. O público foi tão grande que centenas de pessoas ficaram para fora, o que causou tumulto. A promotora do MP, Andressa Chiamulera, disse que, por isso, a audiência não pode ser considerada. Veja como foi na matéria da RPC ([clique aqui](#)).



Foto: SHUTTERSTOCK/Andressa Chiamulera